

**A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS,
INSTRUMENTOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**THE ASSESSMENT ON EARLY CHILDHOOD EDUCATION:
FUNDAMENTALS AND TEACHING PRACTICE**

**EVALUACIÓN EN LA EDUCACIÓN DE LA PRIMERA INFANCIA:
FUNDAMENTOS, LOS INSTRUMENTOS Y LA PRÁCTICA
EDUCATIVA**

Ana Paula Faria¹

Lais Helena Besseler²

RESUMO: O presente artigo apresenta fundamentos, instrumentos e práticas acerca da avaliação pedagógica no âmbito da Educação Infantil, bem como o relato de experiências avaliativas vivenciadas pelas autoras, em seus estágios supervisionados, durante a graduação em Pedagogia, em duas escolas da rede municipal de Campinas. A pesquisa tem como referência metodológica a abordagem qualitativa de pesquisa e teve como principais referências teóricas Hoffmann (2000), Bondioli (2004) e Micarello (2010). Estes estudos nos permitem considerar que o processo avaliativo realizado em sala de aula deve ser entendido como elemento essencial do planejamento docente, por revelar as principais necessidades e avanços dos alunos, nas suas relações com o ensino e a aprendizagem. Esperamos, com este estudo, reafirmar a importância da avaliação na primeira infância na busca pelo sucesso da educação escolar na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação. Educação Infantil. Prática Pedagógica.

ABSTRACT: This article, presents fundamentals, tools and practices about pedagogical evaluation under Childhood Education, as well as the report of evaluative experiences experienced by the authors, in their supervised placements during graduation in pedagogy, in two city schools of Campinas. The research has as a reference methodology qualitative research approach and had as its main theoretical references Hoffmann (2000), Bondioli (2004) and Micarello (2010). These studies allow us to consider the evaluation process carried out in the classroom should be understood as an essential element of teacher planning, by revealing the core needs and progress of students in their relations with the teaching and learning. Hopefully, with this study, to reaffirm the importance of assessment in early childhood in the pursuit of success of school education in contemporary society.

KEYWORDS: Assessment. Early Childhood Education. Pedagogical Practice.

¹ Pedagoga pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Auxiliar de Educação Infantil. E-mail: faria_ap@hotmail.com.

² Pedagoga pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Auxiliar Administrativa Escolar no Elite Campinas pré-vestibulares. E-mail: laisbesseler@gmail.com.

RESUMEN: Este artículo, presenta los fundamentos, herramientas y prácticas acerca de la evaluación pedagógica en Educación Infantil, así como el informe de experiencias evaluativas experimentadas por los autores, en sus pasantías durante la graduación en pedagogía, en dos escuelas de la ciudad de Campinas. La investigación tiene como un enfoque de investigación cualitativa de referencia metodología y tenía como sus principales referentes teóricos Hoffmann (2000), Bondioli (2004) y Micarello (2010). Estos estudios nos permiten considerar que el proceso de evaluación llevado a cabo en el aula debe ser entendida como un elemento esencial de la planificación docente, mediante la revelación de las necesidades básicas y el progreso de los estudiantes en sus relaciones con la enseñanza y la aprendizaje. Esperemos que, con este estudio reafirman la importancia de la evaluación en la primera infancia en la búsqueda del éxito de la educación escolar en la sociedad contemporánea.

PALABRAS CLAVE: Evaluación. Educación de la Primera Infancia. Práctica Pedagógica.

INTRODUÇÃO

O ato de avaliar, assim como o ato de planejar, é uma atividade essencialmente humana, que está intrinsecamente ligada às nossas expectativas e aos critérios que estabelecemos diante de determinada situação, pessoa ou objeto para que algo se realize. O ser humano, em seu cotidiano, está frequentemente realizando avaliações sobre si mesmo, sobre o outro e sobre tudo que está à sua volta. É a partir das avaliações que fazemos das situações vivenciadas, que damos espaço à tomada de decisões e planejamos nossas ações futuras. A esse respeito, Micarello (2010, p. 1) afirma que “constantemente somos convocados a exercitar um olhar observador sobre fatos e situações para decidir, com sabedoria, sobre o que deve ser feito”. Constata-se assim que, “da capacidade de observar e dimensionar adequadamente o observado depende o sucesso de nossas ações, se nos levarão ou não ao alcance de nossos objetivos” (MICARELLO, 2010, p. 1).

Nas instituições de ensino, é possível presenciar a existência de processos avaliativos em diferentes âmbitos, desde avaliações que buscam medir o nível de conhecimento e aprendizagem dos alunos, até processos que objetivam analisar o desenvolvimento do trabalho do corpo docente e da equipe gestora. Nesta dimensão, entende-se que a avaliação é um elemento de extrema importância que, por sua vez, deveria possibilitar a visualização e compreensão, entre tantas coisas, do caminho que tem sido percorrido pela escola e do processo de funcionamento da mesma, a fim de fornecer subsídios para ações futuras de todos os seus sujeitos.

Avaliar é o exercício de um olhar sensível e cuidadoso ao outro, dito de outro modo, é a parte do exercício de “amorosidade” que o ato educativo encerra e do qual nos fala o mestre Paulo Freire (MICARELLO, 2010, p. 2, grifos do autor).

No que se refere à Educação Infantil, a importância dada ao processo avaliativo não deve ser diferente. Segundo Bondioli (2004, p. 142-143), a Educação Infantil constitui-se como uma etapa da Educação Básica que deve contemplar um “conjunto de aspectos próprios que a qualificam como ambiente educativo”. Dentre este conjunto de aspectos, destacamos a avaliação como indicador de qualidade da prática docente e do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos.

Ao longo deste artigo, discorreremos a respeito dos fundamentos, instrumentos e práticas acerca da avaliação pedagógica no âmbito da Educação Infantil. Posteriormente, trazemos o relato de experiências avaliativas vivenciadas pelas autoras, em seus estágios supervisionados, durante a graduação em Pedagogia, em duas escolas da rede municipal de Campinas.

Trata-se, portanto, de um estudo teórico realizado em consonância com a observação de sala de aula, ambos com o objetivo de estudar os elementos da didática da educação infantil. A pesquisa tem como referência metodológica a abordagem qualitativa de pesquisa que caracteriza-se pela coleta de dados a partir de situações que ocorrem naturalmente no ambiente de estudo, preocupando-se, prioritariamente, com os processos e não com os resultados (LUDKE; ANDRÉ, 1986). As principais referências teóricas Hoffmann (2000), Bondioli (2004) e Micarello (2010).

Estes estudos nos permitem considerar que o processo avaliativo realizado em sala de aula deve ser entendido como elemento essencial do planejamento docente e do processo de elaboração e revisão do projeto pedagógico das instituições escolares, por revelar as principais necessidades e avanços dos alunos, nas suas relações com o ensino e a aprendizagem.

Esperamos, a partir deste estudo, reafirmar a importância da avaliação na primeira infância, por meio da utilização de diversos instrumentos avaliativos, a fim de que a qualidade do processo de ensino-aprendizagem seja prioridade no trabalho exercido por professores e gestores que buscam o sucesso da educação escolar na sociedade contemporânea.

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS E PRESSUPOSTOS

De acordo com Bondioli (2004, p. 143), a educação na primeira infância deve caracterizar-se como um ambiente que objetiva “a garantia de condições positivas de crescimento e desenvolvimento para as crianças que nela são recebidas”. Para tanto, com o

intuito de garantir tais condições positivas são necessários planejamentos, projetos e atividades pedagógicas dentro da instituição educativa. Em uma união entre gestores e educadores são pensadas atitudes que contribuam para a criação de um ambiente que possibilite o crescimento e desenvolvimento das crianças.

A trajetória histórica percorrida pelas creches e pré-escolas foi marcada por uma concepção assistencialista de atendimento, nas quais estas eram responsáveis pela guarda e proteção das crianças. Não havia preocupação prioritária com o ato de educar e, portanto, não se mostrava necessária a prática avaliativa para acompanhar e medir os cuidados dedicados aos pequenos.

Ao longo dos tempos, as famílias passaram a pressionar as instituições infantis nas quais seus filhos estavam matriculados para que houvesse verdadeiras propostas pedagógicas, a fim de integrar o cuidado ao ato de educar. É nesse contexto que surge a avaliação como parte da ação intencional do educador. Os professores responsáveis pelos agrupamentos de crianças começam a realizar diversas atividades voltadas para o desenvolvimento das capacidades motoras e intelectuais de seus alunos e a avaliação se consiste, então, “como um elemento de controle sobre a escola e sobre os professores que se veem com a tarefa de formalizar e comprovar o trabalho realizado” com seus alunos (HOFFMAN, 2000, p. 9).

Neste período de gradativos avanços no que se refere aos objetivos da Educação Infantil, as exigências legais que tratavam da avaliação no âmbito desta etapa da Educação Básica estabelecem que tal processo deveria ser constituído mediante o acompanhamento do desenvolvimento da criança. A esse respeito, Carneiro (2010, p. 6) ressalta que:

A avaliação na educação infantil consiste no acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil implica sintonia com o planejamento e o processo de ensino. Por isso, a forma, os métodos de avaliar e os instrumentos assumem um papel de extrema importância, tendo em vista que contribuem para a reflexão necessária por parte dos profissionais acerca do processo de ensino.

Pressupondo o ato de avaliar o desenvolvimento da criança, em creches e pré-escolas, como necessidade percebida e cobrada pelas famílias dessas crianças e não por educadores (que não lhe atribuíam relevância), a prática avaliativa ocorria de forma mecânica, sem que houvesse devida reflexão por parte dos profissionais que a realizavam.

Nesse contexto, considerando que nos dias atuais a avaliação é formalizada como parte do planejamento docente em caráter de acompanhamento do desenvolvimento da criança e não como critério de promoção para o Ensino Fundamental, é possível afirmar que ainda são muitos os equívocos observados em relação a compreensão do que vem a ser o processo avaliativo no âmbito da Educação Infantil. Segundo Bondioli (2004, p. 144-145), avaliar:

[...] é uma prática que pode ser empreendida com uma pluralidade de objetivos e, [...] implica uma clareza sobre esses objetivos que devem ser alcançados pela cooperação de todos os atores sociais que nele (no processo avaliativo) podem estar envolvidos.

Assim sendo, mais do que prática formalizada a ser incluída no cotidiano docente, a avaliação deve ser compreendida pela clareza de seus objetivos a fim de enriquecer a ação pedagógica. Contudo, Hoffmann (2000, p. 11) refere-se a uma “excessiva formalização da avaliação”, e menciona que o ato de avaliar, equivocadamente, passa a “cumprir o duplo objetivo de controlar a ação do professor e o comportamento infantil”, revelando-se em práticas que buscam cumprir apenas uma exigência legal, reduzindo o importante papel da avaliação que passa a desconsiderar o verdadeiro cotidiano da criança e a postura pedagógica do professor. A autora traz como exemplo, em seus estudos, o caso da elaboração de fichas comportamentais classificatórias semestrais, instrumento avaliativo pelas quais as crianças são classificadas em escalas comparativas, tais como: atingiu; não atingiu; muito bom; bom; fraco; etc.

Consideramos importante ainda destacar que nesta concepção de avaliação (que faz uso de fichas classificatórias), geralmente os critérios avaliativos são elaborados por alguém que não participa do dia a dia da criança, a saber, diretores, coordenadores pedagógicos, entre outros profissionais da equipe de gestão cujo objetivo é saber como tem sido o percurso evolutivo de desenvolvimento da criança no interior da instituição. Tais fichas são construídas de tal forma que, segundo Hoffmann (2000, p. 12-13), não dá margem a discussões e estudos sobre o assunto, por não se fundamentar em “concepções de sociedade, de educação, de criança, de trabalho docente e de desenvolvimento infantil” e por não contribuir para o desenvolvimento da criança e reflexão do trabalho do professor. A avaliação, neste contexto, se transforma em “preenchimento de registros sem significado pedagógico”, mais uma vez para o cumprimento de processos burocráticos exigidos pelas instituições.

Para Barbosa (2004) citado por Carneiro (2010, p. 17) esse modelo clássico de avaliação supracitado, se retrata como:

[...] cultura classificatória e dualista, que separa os bons dos maus, afirma o que é certo e o que é errado, julga o outro a partir de valores e juízos pessoais e sociais, sendo alguns deles fortemente embebidos em preconceitos. Assim, a avaliação tem servido como um instrumento de controle social, pois produz seletividade e exclusão.

Zabalza (2006) ressalta a necessidade da existência de uma cultura contrária a lógica classificatória, que conduza os educadores a rever suas ideias e práticas, e que induza tomada de consciência dos pontos fortes e fracos da atuação docente. Este autor não descarta a importância da documentação e dos registros do cotidiano das crianças, mas acredita que tal instrumento deve vir acompanhado de reflexão, como um meio que possibilite ao educador estabelecer maior sintonia entre o trabalho pedagógico e a avaliação, tendo-a como base mediadora de sua ação, ou seja, como um elo significativo entre suas ações cotidianas e suas reflexões sobre elas, bem como as reflexões sobre as ações e os pensamentos de seus educandos.

De tal modo, a avaliação tida como referência pelo educador para compor suas práticas pedagógicas, deve iniciar-se, conforme Hoffmann (2000, p. 28), pela “abertura do professor ao entendimento das crianças com quem trabalha, pelo aprofundamento teórico que fundamenta a curiosidade sobre elas, pela postura mediadora, provocativa e desafiadora”. Para o delineamento de uma avaliação mediadora na Educação Infantil, a autora ainda nos aponta alguns pressupostos básicos:

- (a) uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural, e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem experienciadas;
- (b) um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhe novos desafios;
- (c) um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embasado no repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico (HOFFMANN, 2000, p. 20).

Nessa perspectiva, a avaliação se realiza como investigativa e mediadora, e se justifica na relação professor-aluno, assumindo sua real função na esfera educacional.

Além disso, trata-se de uma atividade que não só perpassa e justifica a relação professor-aluno, mas envolve todos os atores que fazem parte dos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança (professores, as próprias crianças relacionando-se entre si, suas famílias e os demais profissionais da escola). A esse respeito, Micarello (2010), destaca que os gestores dos sistemas de ensino e das instituições têm o importante

papel de prover condições para o encontro entre os profissionais de uma mesma instituição e de demais espaços que atendam às crianças e suas famílias. Cabe a esses profissionais incentivar práticas de integração entre os responsáveis pelo ato educativo e as propostas pedagógicas de tais instituições, para que certamente resulte na também integração de tais propostas a fim de melhor efetivar e avaliar a educação das crianças de zero a cinco anos de idade.

INSTRUMENTOS E PRÁTICAS AVALIATIVAS COM CRIANÇAS DE ZERO A CINCO ANOS

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), afirma que a avaliação deve ser uma prática sistemática e contínua, tendo como principal objetivo a melhoria da ação educativa. Conforme a Lei nº 9.394 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o ato avaliativo na Educação Infantil, deve ocorrer sem o objetivo de promoção, mas com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

De acordo com Micarello (2010), as referências para realizar processos de avaliação devem ser buscadas na própria criança e não em padrões pré-estabelecidos aos quais ela deve corresponder. Dessa forma, não faz sentido retê-la numa etapa de sua infância sob o argumento de que ela não tenha alcançado determinados objetivos escolares.

É fundamental destacar que a escolha dos instrumentos e dos objetivos que envolvem o ato de avaliar está diretamente ligada com a preocupação dos sujeitos que a escola pretende formar. Sendo assim, a avaliação na educação infantil é marcada por diversos âmbitos que demandam um olhar multifacetado e diferentes linguagens.

Dentre tantos olhares, partimos da concepção de criança apontada por Micarello (2010), que é vista enquanto sujeito histórico social, inserida numa cultura a qual ela ajuda a produzir. Nessa perspectiva, o currículo caracteriza-se pela valorização das experiências dessa criança e pela incorporação das mesmas ao cotidiano das creches e pré-escolas. São estabelecidos alguns princípios que orientam a construção de instrumentos que norteiam o acompanhamento da prática pedagógica, dentre eles: apreensão do currículo de forma dinâmica, em suas relações com as experiências e os saberes das crianças e de suas famílias; diferentes formas de registro do cotidiano das crianças; inclusão da criança, enquanto sujeito histórico e de direitos, nos processos de acompanhamento e registro da prática pedagógica.

A partir dos princípios acima e em consonância com as afirmações de Micarello (2010), citamos alguns instrumentos avaliativos que consideramos como fundamentais ao exercício da docência e ao processo de ensino-aprendizagem das crianças de zero a cinco anos. São eles: avaliação do planejamento pedagógico; observação do cotidiano da sala de aula; registros individuais, elaborados com e sem a participação das crianças; construção de portfólios individuais e coletivos por professor e alunos; e relatório de avaliação geral elaborado pelo docente.

A avaliação do planejamento não se faz suficiente apenas para prever o que será feito e definir as intencionalidade pedagógicas, mas também para avaliar os resultados do que foi planejado, principalmente no que se refere ao modo como as crianças acolhem e atendem as propostas. Por isso é importante que os professores reservem, em seus planejamentos, um espaço para registrar as reações das crianças, analisando os pontos positivos e negativos no desenvolvimento das atividades e o que pode ser melhorado numa próxima vez. Tais anotações, ao serem compartilhadas entre os docentes em reuniões pedagógicas, permitem reflexões que beneficiam a todos.

A observação do cotidiano é fundamental já que o dia a dia das crianças oferecem muitos momentos que exigem que o professor exercite sua capacidade para decidir sobre a melhor maneira de intervir. É interessante observar aspectos como: a chegada da criança escola – se está acompanhada ou não pela família; sua reação diante da presença de adultos e de outras crianças; suas atitudes ao brincar sozinha ou com os companheiros; por quais temas mais se interessa; entre outras muitas situações nas quais a criança revela seus conhecimentos prévios e aqueles em que será possível alcançar com a mediação do professor. Daí a importância de se desenvolver um olhar observador, de investigação, que permita apreender o aluno em toda a sua riqueza e em todas as suas dimensões singulares.

Os registros individuais sobre os alunos feitos a partir da observação do educador devem ser mantidos em um caderno no qual contenha fatos relativos a cada uma das crianças individualmente, tais como: aspectos da vida familiar, comentários que as crianças ou seus pais fazem sobre acontecimentos de casa; vivências da criança na instituição, dentre outros aspectos que se julguem relevantes. Tais registros também ficam muito ricos com a participação das crianças no seu processo de elaboração. A criança, enquanto sujeito ativo na construção de seu conhecimento, deve ser tida como parceira em todas as situações de seu cotidiano escolar, inclusive na construção dos registros de acompanhamento da prática pedagógica. Estes pequenos educandos avaliam suas experiências, expressando-as por meio

de múltiplas linguagens: dos gestos, da fala, do desenho, da escrita, dentre outras. Atentos a essas linguagens, os educadores podem perceber como as crianças estão atribuindo sentido às suas experiências dentro e fora da escola, para assim, poderem ajudá-las a se conhecerem e estabelecerem nexos entre as várias situações que vivenciam.

Outra forma de avaliar, se dá por meio da construção de portfólios. Estes se tratam de coleções, individuais ou coletivas, que organizam os materiais produzidos em diferentes momentos e vivências das crianças na escola. Além da função de registrar o resultado de tais produções, devem levar à reflexão sobre o processo de criação, por isso podem conter também fotos e objetos. É importante que os portfólios estejam sempre ao alcance das crianças e sejam retomados frequentemente pelo docente, a fim de relembrar atividades já realizadas e provocar um olhar observador das crianças com relação às suas próprias produções. As rodas de conversa podem ser uma ótima oportunidade para que as crianças participem da escolha dos materiais que irão compor o portfólio e para ver e recordar o que já foi feito. Os portfólios são importantes instrumentos para serem compartilhados com as famílias, pois possibilitam uma visão de conjunto dos processos vivenciados pela criança. No caso dos portfólios coletivos, estes são compostos pelas atividades realizadas em grupo e pelas impressões das crianças com relação a diferentes situações. Essas impressões podem ser colhidas pelo professor nas rodas de conversa e registradas por escrito, ou por meio do desenho.

Há ainda os relatórios de avaliação, elaborados pelo professor, que podem ser tanto descritivo quanto particular. Os relatórios de avaliação descritivos são uma estratégia para conservar a observação dos docentes e um meio para refinar esse olhar observador, permitindo um conhecimento cada vez mais aprofundado do grupo de crianças. Devem captar as diferentes dimensões envolvidas nas experiências das crianças, tais como sentimentos, afetos, emoções, movimentos, cognição. Já os relatórios de avaliação particulares são registros mais objetivos, que trazem aspectos relativos à saúde da criança, históricos médicos, telefones de contato com a família, caderneta de vacinação, hábitos alimentares, informações dadas pela família que possam ter caráter confidencial. É um instrumento de uso exclusivo do professor, ao qual só ele e a família devem ter acesso.

Por fim, Carneiro (2010) destaca as fichas de avaliação do trabalho escolar respondidas semestralmente pelos profissionais da equipe pedagógica da escola. Tais fichas são muito frequentes na prática de avaliação da Educação Infantil e se constituem por tabelas e quadros com questões objetivas e quase nenhum espaço para observações adicionais. São

preenchidas, com anotações de aspectos e características invariáveis sobre crianças em idades diferentes, frequentemente com termos imprecisos que enfatizam somente as atividades e áreas do desenvolvimento das crianças que, muitas vezes, ainda não foram instigadas pelo professor. Kramer (2003) indica a avaliação por meio desse instrumento, desde que esteja vinculado aos demais instrumentos avaliativos, para que não se reduza ao registro descontextualizado do cotidiano das crianças e, conseqüentemente, do trabalho pedagógico realizado pelo professor e pela instituição.

É importante lembrar que os instrumentos de avaliação da educação infantil citados no corpo deste trabalho são alguns escolhidos dentre tantos outros citados pela literatura pertinente, que se fôssemos discuti-los e aprofundá-los, certamente passaríamos do limite de páginas solicitadas para a apresentação do presente seminário. Mas vale também ressaltar que, em todos eles há uma característica comum: a de que a avaliação deve ser um processo contínuo e de caráter formativo, que deve partir do professor, orientado pela equipe gestora da instituição, e contemplar aspectos que lhe permitam conhecer profundamente seus alunos e a si mesmo, contribuindo para a revisão de suas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de ensino no âmbito da Educação Infantil.

A TEORIA NA PRÁTICA: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS PELAS AUTORAS EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Durante a graduação em Pedagogia, além da formação teórica, é preciso vivenciar a prática refletida. Isso, inicialmente, é possível por meio da realização dos estágios supervisionados, nos quais as/os acadêmicas/os devem acompanhar a rotina da sala de aula e os processos da gestão escolar, por um determinado período ao longo do semestre letivo.

Com uma carga horária total de 119 horas, os estágios de Didática na Educação Infantil nos possibilitaram vivenciar, além da rotina da sala de aula, a dinâmica dos processos avaliativos em duas instituições públicas do município de Campinas, conforme relatamos a seguir.

A primeira experiência de estágio se deu no Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Christiano Osório de Oliveira. Foi oportunizada em dois diferentes momentos: inicialmente, foi possível observar uma sala de agrupamento II, com crianças de dois a três anos e onze meses; e posteriormente, experienciar a rotina de uma sala de agrupamento III, com crianças de quatro a cinco anos e onze meses, na qual nota-se que o acompanhamento do desenvolvimento das crianças da creche e pré-escola é realizado por

meio dos mesmos instrumentos avaliativos, tais como, o portfólio e a ficha de observação do aluno.

Os portfólios, de cada aluno, continham todas as atividades realizadas por eles: as “folhinhas” de atividade escrita, as brincadeiras e os jogos realizados e as atividades na horta e ao ar livre. Tais registros eram feitos por meio de desenhos e fotos. Pôde ser observado, ainda, que os alunos não participavam da construção do seu portfólio como um item a ser contemplado pela rotina. Assim a professora da classe organizava todo o seu conteúdo, inclusive a parte estética e o acabamento dos portfólios e os alunos só tinham contato com o material finalizado quando o semestre acabava e estes eram entregues aos seus pais.

Já a ficha de observação era elaborada ao longo do período letivo, a partir de uma observação sistematizada do dia a dia, na qual as professoras descreviam os progressos, objetivos alcançados, as dificuldades encontradas por cada criança, além de outras informações que julgavam relevantes para o processo de ensino-aprendizagem. Esta ficha, posteriormente, era apresentada e discutida com os pais em reuniões.

Não havia um modelo para a elaboração dessa ficha de acompanhamento dos alunos, cada professora a elaborava de acordo com sua concepção de avaliação, fato que implica no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que de acordo com a concepção adotada os instrumentos utilizados e as finalidades do ato de avaliar são colocados em jogo. Importa ressaltar que a avaliação deve ser utilizada para “perceber as necessidades dos alunos, planejar o que fazer para ajudá-los a superá-las” (MENDES; MUNHOZ, 2007, p. 35).

Já na segunda experiência, desta vez na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Benjamim Constant, também em uma sala de agrupamento II, com crianças de dois a três anos e onze meses, a professora optava por avaliações processuais, por meio da sondagem das crianças, quanto às suas interações com os objetos e com as outras crianças. Diariamente, acompanhava o desenvolvimento motor dos alunos por meio de desenhos livres e dirigidos e os registrava em fichas avaliativas individuais.

Durante o processo de observação da acadêmica estagiária, a professora estava desenvolvendo o Projeto Identidade da Turma, trabalhando gêneros, características físicas e nomes de cada aluno. Todas as atividades desse projeto, tal como a construção de dois bonecos, um representando o gênero masculino e o outro o feminino, foram realizadas por todo o grupo-classe, coletivamente e registrado também por meio de fotos e vídeos que, posteriormente foram organizados em um portfólio. Este portfólio, com as fotos impressas e

as legendas, foi elaborado com a participação das crianças, mediados pela professora. Eles ajudaram em momentos como o da escolha das fotografias que iriam compor o instrumento avaliativo, bem como no que deveria ser escrito como legenda das mesmas. Ao final do projeto, cada um pôde levar o portfólio para sua casa, a fim de apresentar as produções à família.

Nessa mesma classe, foi possível observar outro importante instrumento avaliativo, que era a ficha individual dos alunos, as quais apresentavam seus quadros de saúde, data de desfralde, rotina de alimentação, entre outros itens, que auxiliava a professora a compreendê-los em suas diversas etapas de desenvolvimento. Uma ficha bastante visualizada pela docente era a de uma aluna com paralisia cerebral. Sua ficha era composta pelos medicamentos que deveriam ser ministrados durante sua permanência na instituição, os alimentos que poderia ingerir, bem como o comportamento apresentado pela aluna frente a diversas situações do cotidiano.

Não somente para acompanhar o desenvolvimento do aluno, os resultados da avaliação devem servir para

[...] rever e alterar as condições de ensino, visando ao aprimoramento do processo de apropriação do conhecimento pelo aluno. Somente assim o professor poderá desenvolver as atividades de mediação de forma adequada, no sentido de possibilitar um crescente envolvimento afetivo do sujeito com o objetivo em questão. Assim, a avaliação deve ser planejada e desenvolvida como um instrumento sempre a favor do aluno e do processo de apropriação do conhecimento (LUCKESI, 1984 apud LEITE; TASSONI, 2002, p. 19).

Por fim, foi possível concluir que a avaliação de ensino e aprendizagem das crianças nas escolas de Educação Infantil, nas quais desenvolveu-se o estágio, tem ocorrido de forma positiva, uma vez que considera o ato de aprender como um processo, observando cotidianamente os alunos em diferentes momentos, coletando informações sobre cada um deles, tendo em vista, analisar o processo de desenvolvimento da criança ao longo de todo o período letivo, não ‘medindo’ ou ‘quantificando’ seu desempenho.

Entretanto, ainda com base nas observações de estágio, sentimos falta da participação ativa das próprias crianças no acompanhamento do seu desenvolvimento, de um espaço dentro da instituição educativa em que elas pudessem visualizar os seus avanços e refletir sobre eles.

Ter consciência de seu desempenho no processo de ensino - aprendizagem pode ser positivo para o aluno ao compreender a escola como *lócus* da aprendizagem sistematizada e que sua permanência nesta instituição é necessária para seu desenvolvimento

cognitivo. Mesmo pequena, ao compreender o papel da escola, a criança atribui significado às atividades de que nela participa, ampliando as possibilidades do aluno estabelecer um vínculo afetivo com o conhecimento, o que contribui para que aconteçam aprendizagens efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da trajetória histórica percorrido pela Educação Infantil, quanto ao processos avaliativos de ensino e aprendizagem, consideramos que muitos dos equívocos relacionados ao entendimento que se têm a respeito da avaliação e a resistência em realizá-la nesta etapa da vida escolar, se justifica na concepção ainda presente de que esta possui caráter meramente classificatório. Na verdade, a avaliação, no âmbito da creche e da pré-escola, deve se constituir como um processo que se destina, principalmente, a obter informações e subsídios a respeito do desenvolvimento das crianças e ampliação de seus conhecimentos, além de auxiliar o professor a elaborar e rever com frequência seu planejamento, de modo que seus alunos tenham sempre uma aprendizagem significativa, prazerosa e contextualizada.

É importante que os profissionais da educação entendam as etapas do processo avaliativo das crianças, que deve se iniciar no momento de elaboração do planejamento docente, percorrer o cotidiano da sala de aula, por meio dos diversos instrumentos avaliativos - registros de observação, atividades individuais e coletivas, elaboração de fichas avaliativas, entre outros -, e por fim o momento de analisar tudo o que for coletado a fim de que se possa, então, replanejar as ações educativas, reiniciando-se o ciclo da avaliação, vista dessa forma como processual e formativa.

Para que cumpra seu real papel, a avaliação deve ser uma atividade na qual toda a comunidade escolar (professores, as próprias crianças entre si, suas famílias e os demais profissionais da instituição), deve estar envolvida, se tratando de um constante processo de ação e reflexão da prática educativa, que colabore com a tarefa de educar as crianças, contribuindo para o desenvolvimento de todas as suas capacidades - afetivas, cognitivas e sociais.

Por exigir essa profunda reflexão, em especial do professor, por estar a maior parte do tempo com seus alunos, deve ser feita com dedicação e compromisso, a fim de buscar continuamente um aprimoramento da proposta pedagógica da instituição.

Ao realizá-la, o educador também deve ter em mente o instrumento avaliativo adequado a ser utilizado em cada situação, lembrando-se, sempre, da postura de acolhimento que se deve ter em relação a singularidade dos alunos, acreditando fielmente em

seus potenciais e deixando-os participarem da construção de seu próprio percurso avaliativo, a fim de compreenderem seus avanços e dificuldades e sentirem-se estimulados a explorar cada dia mais o mundo ao seu redor. Pois só assim, será possível quebrar o paradigma existente da avaliação como sinônimo de classificação, medição e quantificação do desenvolvimento das crianças.

Ressaltamos, ainda, a importância da formação continuada dos profissionais docentes, buscando, em teóricos, refletir sobre o cotidiano escolar, solidificando sua prática como investigativa e mediadora, promovendo à seus alunos um ambiente de grandes aprendizagens e pleno desenvolvimento.

Tais considerações nos permitem concluir que utilizar a avaliação para mera obtenção de ‘notas’ e/ou com o intuito de classificar os alunos, nada contribui com o processo de ensino-aprendizagem. Os resultados apresentados pela avaliação precisam ser entendidos como ponto de partida para um novo planejamento, visando um trabalho que permita o crescimento e desenvolvimento daquele que foi avaliado.

Nota

ⁱ Agradecemos as contribuições da Prof.^a Dr.^a Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz Mendes, docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, por conduzir todas as discussões e aprendizagens relacionadas à temática abordada neste artigo, durante a disciplina de Planejamento e Avaliação Educacional, na graduação de Pedagogia.

Referências

BONDIOLI, A. *O projeto pedagógico da creche e sua avaliação: a qualidade negociada*. Campinas: Autores Associados. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARNEIRO, M. P. A. K. B. *Processo avaliativo na Educação Infantil*. 2010. 45f. Monografia (Pós-graduação em Educação Infantil). Escola Superior Aberta do Brasil, Vila Velha, 2010. Disponível em: <http://www.esab.edu.br/arquivos/monografias/maria-da-penha-aparecida-klug-basilio-carneiro.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

HOFFMANN, J. *Avaliação na pré- escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. Porto Alegre: Mediação, 2000.

KRAMER, S. (Org.). *Com a pré-escola nas mãos*. Uma alternativa curricular para a educação infantil. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEITE, S. A. S.; TASSONI, E. C. M. A afetividade em sala de aula: as condições de ensino e a mediação do professor. In: AZZI, R. G.; SADALLA, A. M. F. A. *Psicologia e formação docente: desafios e conversas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 113-141.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MENDES, G. S. C. V.; MUNHOZ, A. M. H. Instrumentos de avaliação diversificados – Um aspecto da avaliação processual e do trabalho pedagógico. *Série Acadêmica*, PUC-Campinas, n. 22 p. 29-41. jan./dez. 2007.

MICARELLO, H. *Avaliação e transições na educação infantil*. Portal MEC: 2010.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6671&option=com_docman&task=doc_download. Acesso em: 01 out. 2013.

ZABALZA, M. A. *Qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Recebido em agosto de 2014.

Aceito em novembro de 2014.